

CONGRESSO

# Collor pede para apressar votação

*Benevides diz ao presidente que relações entre parlamentares e Planalto vão mal*

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor fez ontem um apelo aos presidentes da Câmara e do Senado e aos líderes das maiores bancadas para a aprovação do aumento de impostos e das emendas constitucionais que prevêem a abertura da economia. A resposta dos parlamentares, porém, desagradou a Collor. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), apontou ao presidente dificuldades regimentais e políticas intransponíveis para aprovação das emendas constitucionais, embora haja, segundo ele — um empenho dos partidos para garantir a votação da reforma tributária antes das férias parlamentares.

Diante da dificuldade de aprovação de qualquer proje-

to do governo, o presidente convocou os líderes das principais bancadas para reunião junto com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. O encontro durou três horas. Depois de uma longa exposição sobre a crise e a necessidade de recursos para o governo, Collor fez o apelo ao Congresso, segundo relato do presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE).

“Foi um encontro cordial, mas nada festivo”, disse o líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA). Da reunião participaram ainda, o líder do bloco do governo na Câmara, Ricardo Fiúza (PFL-PE), o do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), e o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB). O encontro ser-

viu também para que o presidente do Senado dissesse a Collor que as relações entre os poderes Legislativo e Executivo não vão bem. “Os vetos à política salarial estão expondo o Congresso a uma vulnerabilidade por causa do confronto entre governo e oposição”, disse Benevides. Mas o presidente não acenou com a possibilidade de negociar os vetos.

Além da questão dos vetos, Benevides mencionou a Collor a derrota, por manobras do Palácio do Planalto, da emenda que antecipava o plebiscito sobre o sistema de governo. “Esses dois fatos contribuíram para dificultar as conversas”, afirmou Benevides. Collor foi informado de que há um movimento para antecipar o plebiscito de 7 de setembro pa-

ra 21 de abril de 1993. Não comentou a proposta.

No apelo que fez aos parlamentares, Collor disse que a aprovação da reforma tributária e abertura da economia é fundamental para a administração do País. Não foi discutida a convocação extraordinária do Congresso para que os projetos do governo sejam votados. Os parlamentares admitiram a possibilidade de Collor vir a culpar o Congresso por causa das dificuldades de administração.

“Vamos fazer com que a responsabilidade não seja cobrada da oposição”, disse Genebaldo, empenhado em responsabilizar os líderes governistas por não negociarem e os aliados ao governo por não comparecerem.